

# **1º Fórum REDD+ Jurisdicional do Tocantins**

## **Relatório**

**Moderador: Ricardo Ramos de Cerqueira**

**Palmas, 17 e 18 de outubro | 2023**

## Sumário

Apresentação .....	3
2. Objetivos .....	3
3. Metodologia .....	5
4. Programação Desenvolvida .....	6
5. Registros dos momentos de oitiva dos participantes .....	11
5.1. No espaço da Plenária .....	11
5.2. Nas Rodas de Diálogo .....	12
5.2.1. Grupo dos Indígenas .....	12
5.2.2. Grupo dos Quilombolas .....	21
5.2.3. Grupo dos Agricultores Familiares .....	33
5.2.4. Grupo das Organizações Governamentais e de Apoio Técnico .....	39
6. Proposições dos Participantes .....	44
6.1. Grupo dos Indígenas .....	44
6.2. Grupo dos Quilombolas .....	46
6.3. Grupo dos Agricultores Familiares .....	50
6.4. Grupo das Organizações Governamentais e de Apoio Técnico .....	51

1º Fórum REDD+ Jurisdicional do Tocantins  
Relatório

## APRESENTAÇÃO

O REDD+ é um incentivo desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados de Redução de Emissões de gases de efeito estufa provenientes do Desmatamento e da Degradação florestal, considerando o papel da conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal (+).

O Programa Jurisdicional de Redução das Emissões por Desmatamento e da Degradação Florestal (REDD+) do Tocantins abrange diversos subprogramas voltados para possibilitar a transformação de carbono em ativos financeiros que possam subsidiar atividades de baixo impacto e com salvaguardas sociais.

No contexto da implementação do Programa Jurisdicional REDD+ do Estado do Tocantins, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos realizou nos dias 17 e 18 de outubro de 2023, o **1º Fórum REDD+ Jurisdicional do Tocantins com Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares**, contando com a participação de 300 pessoas, dentre representantes de comunidades indígenas, quilombolas e agricultores familiares, bem como tomadores de decisão e técnicos de secretarias de governo federal, estadual e municipal vinculados à pauta de REDD+ Jurisdicional.

## 2. OBJETIVOS

- Apresentar o Programa Jurisdicional de REDD+ do estado do Tocantins para Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares -PIPCTAFs e autoridades locais.
- Apresentar as experiências de REDD+ de outros estados e instituições para o Tocantins (AC, MT, EII, PNUD, CONAQ).

- Mapear e sanar dúvidas sobre o REDD+ jurisdicional e colher sugestões para a realização das oficinas nas comunidades e audiências públicas.

### 3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realização do Fórum foi pautada nas diretrizes estabelecidas pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 169), assegurando momentos de informação, oitiva e proposição dos participantes de forma livre e transparente por meio de atividades desenvolvidas em dois formatos:

- **Momentos de Seminário** - com a realização de apresentações temáticas, denominadas de Painel, para todos os participantes, no mesmo espaço físico (Auditório do TCE-TO). Este espaço foi dedicado a informar os participantes sobre o Programa Jurisdicional de REDD+ do estado do Tocantins e apresentar as experiências de REDD+ de outros estados.

O conteúdo das apresentações realizadas nos painéis encontra-se apresentado nos Anexos deste Relatório.

- **Momentos de Oficina** – caracterizada por Rodas de Diálogo voltadas para os 4 (quatro) públicos do evento (indígenas, quilombolas, agricultores familiares e órgãos públicos), como forma de potencializar a participação e compreensão destes participantes nos temas que serão objeto de escuta e proposição. Este espaço foi dedicado à oitiva dos participantes sobre sua percepção sobre o REDD+ (oportunidades e desafios), assim como para coleta das proposições para a realização das oficinas nas comunidades.

Cada Roda de Diálogo foi realizada em salas de aula do próprio espaço do Tribunal de Contas do Estado - TCE-TO, contando com a participação de moderadores, com o objetivo de animar a discussão e fazer os registros da oitiva, assim distribuídas:

- ✓ Sala 17 – Indígenas (Mariah Soares/Marina Galvão/Cíntia Câmara).
- ✓ Sala 12 – Quilombolas (Ana Cláudia/Mayra Dias).
- ✓ Sala 11 – Agricultores Familiares (Samuel Daltan/Denise Martins).
- ✓ Sala 10 – Organizações Governamentais e de Apoio Técnico (Fernanda Veloso/Marli Santos/Milena Terra).

Nas Rodas de Diálogo, foram realizadas em dois blocos onde foram utilizadas as seguintes perguntas norteadoras:

- ✓ Roda de Diálogo 1 – Oportunidades e desafios para implantação do REDD+ no Tocantins.
- ✓ Roda de Diálogo 2 – Proposições dos participantes para implantação do REDD+ Jurisdicional no Tocantins e para realização das Oficinas nas Comunidades.

A sistematização dos questionamentos e contribuições dos participantes após as apresentações dos Painéis, assim como a sistematização da oitava das Rodas de Diálogo, encontram-se apresentadas no item 5 deste Relatório (Registros dos momentos de oitava dos participantes). Já as apresentações realizadas pelos 4 grupos durante o encerramento do Fórum, contendo a síntese das Rodas de Diálogo, encontram-se apresentadas no item 6 – Proposições dos Participantes

O Fórum contou com a moderação do consultor Ricardo Ramos de Cerqueira, que também contribuiu com a concepção da estratégia metodológica do evento e elaboração do relatório final.

#### 4. PROGRAMAÇÃO DESENVOLVIDA

1º Dia	<p><b>09h00 - Painel 1 – Abertura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Apresentação cultural – cântico Krahô</li> <li>✓ Fala das Autoridades: <ul style="list-style-type: none"> <li>Marcello Lelis (SEMARH)</li> <li>Narubia Werreria (SEPOT)</li> <li>Maria Guanamar (FATAET)</li> <li>Maria Aparecida (COEQTO)</li> <li>Wellington Magalhães (TJ)</li> <li>Maíra Rodrigues da Silva (CONAQ)</li> </ul> </li> <li>✓ Apresentação dos Participantes e Informações sobre o Fórum (Ricardo Cerqueira - Moderador)</li> </ul> <p><b>10h45 - COOFE BREAK</b></p> <p><b>11h00 - Painel 2 – Apresentações sobre o Programa REDD+ Jurisdicional do Tocantins</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O que REDD+ Jurisdicional? (Mônica de Los Rios)</li> <li>✓ Arranjo institucional do Programa REDD+ Tocantins (Aleandro Lacerda)</li> </ul> <p><b>12h30 - ALMOÇO</b></p> <p><b>14h00 - Painel 2 – Apresentações sobre o Programa REDD+ Jurisdicional do Tocantins (continuação)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins (SALVAGUARDAS E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS) (Marli Santos)</li> </ul> <p><b>14h30 - Painel 3 – A experiência de REDD+ nas perspectivas dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e</b></p>
--------	---

	<p><b>agricultores familiares (Talk Show – Moderadora: Renata Costa - GIZ)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A experiência de REDD + na perspectiva da FUNAI (Luana Almeida)</li> <li>✓ REDD+ na perspectiva do povo Quilombola (Maíra Rodrigues-CONAQ)</li> <li>✓ A experiência da agricultura familiar com projetos de REDD+ (Eleandro Mariani Ribeiro)</li> </ul> <p><b>16h00 - COOFE BREAK</b></p> <p><b>16h15 - Painel 4 – A experiência do REDD+ nos estados do Acre e Mato Grosso</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O REM AC na visão do governo (Rosineide Sena)</li> <li>✓ O REM MT na visão do governo (Lígia Vendramin)</li> <li>✓ Lições aprendidas de projetos de REDD+ que o Tocantins pode aproveitar (Milena Terra)</li> </ul> <p><b>18h30 - Encerramento</b></p>
2º Dia	<p><b>09h00 - Painel 4 – A experiência do REDD+ nos estados do Acre e Mato Grosso (continuação)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Lições aprendidas de projetos de REDD+ que o Tocantins pode aproveitar (Milena Terra)</li> </ul> <p><b>09h30 - Painel 5 – Apresentação do Fluxograma de Atividades do REDD+ Jurisdicional do Tocantins: Oficinas, Consulta e Audiência Pública (Marli Santos)</b></p> <p><b>10h00 - Painel 6 - REDD+ na perspectiva dos povos originários e tradicionais (Narubia Werreria)</b></p> <p><b>10h15 - COOFE BREAK</b></p> <p><b>10h30 - Rodas de Diálogo 1 – Análise das experiências de REDD+ no Acre e Mato Grosso: oportunidades e desafios para implantação no Tocantins</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sala 17 – Indígenas</li> <li>✓ Sala 12 – Quilombolas</li> <li>✓ Sala 11 – Agricultores Familiares</li> <li>✓ Sala 10 – Organizações Governamentais e de Apoio Técnico</li> </ul> <p><b>12h30 - ALMOÇO</b></p> <p><b>14h00 - Rodas de Diálogo 2 – Proposições dos participantes para implantação do REDD+ Jurisdicional no Tocantins e para realização das Oficinas nas Comunidades</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sala 17 – Indígenas</li> <li>✓ Sala 12 – Quilombolas</li> <li>✓ Sala 11 – Agricultores Familiares</li> <li>✓ Sala 10 – Organizações Governamentais e de Apoio Técnico</li> </ul> <p><b>17h00 - COOFE BREAK</b></p>

	<p><b>17h30 - Painel 7 – Apresentação das proposições dos participantes para implantação do REDD+ Jurisdicional no Tocantins e para realização das Oficinas nas Comunidades</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Indígenas</li> <li>✓ Quilombolas</li> <li>✓ Agricultores Familiares</li> <li>✓ Organizações Governamentais e de Apoio Técnico</li> </ul> <p><b>19h00 – Encerramento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Marcello Lelis (Secretário SEMARH)</li> <li>✓ Narubia Werreria (Secretária SEPOT)</li> </ul>
--	--

### Registros Fotográficos da Abertura e Painéis do Fórum:











## **5. REGISTROS DOS MOMENTOS DE OITIVA DOS PARTICIPANTES**

### **5.1. NO ESPAÇO DA PLENÁRIA**

A seguir estão transcritas as perguntas e comentários dos participantes, após apresentação dos palestrantes durante os Painéis do primeiro dia, ocorridas no final da tarde do 17.10.2023.

#### **Adão Xerente – Cacique Aldeia Paraíso**

“Que a equipe da Secretaria seja mais atenciosa no processo. Nos pediram para passar uns dados para realização das oficinas nas aldeias, mas depois disseram que tinha sido cancelado. Se já estão atropelando o processo desde o começo, como que vai ser agora?

Queremos que essa política chegue de verdade na comunidade. Sempre estamos à margem. Queremos que chegue assistência técnica pra gente criar peixe, produzir mel, pra gente fazer nossas roças tradicionais.

Tudo que a gente viu até hoje é que se gasta com consultoria, diária e não chega nada nas nossas bases. A gente precisa da segurança alimentar das nossas famílias, mas as políticas públicas são só para a elite. Precisamos de benefícios para nossas famílias.”

#### **Lenimar Canela - Carajá - Formoso do Araguaia (TO)**

“São poucos os indígenas ocupando espaços, mas temos que dar credibilidade. Eu tenho esperança de que este projeto seja construído por nós. Temos condições intelectuais de participar do debate e da construção desta política. Se o governo nos chamar aqui nós temos esta condição, então nos chame para construir. Temos uma negociação com a Biofix, nós pedimos aqui então o auxílio do Estado neste contrato, esse amparo e monitoramento. Nós não queremos ser lesados nem pelo governo, nem por ninguém. Já fomos lesados demais. Vá até nossas aldeias para verem nossas condições.

Rose minha pergunta é para você pra saber como foi feita essa divisão de valores? Quais os percentuais para o Estado? Quem tem que ficar com a maior parte é quem está lá sofrendo.”

#### **Carpegiane Montel - Agricultor familiar de Formoso do Araguaia**

“Fico angustiado porque a política pública não chega aonde precisa chegar. Qual legado vou deixar? Sobre a fala do Eleandro, eu acredito que nenhuma política pública vai fazer diferença se não houver capacitação para usar o recurso.

O que está sendo feito para capacitar a comunidade?”

#### **Maria de Fátima – Comunidade Barra de Arueira**

“Tem 5 anos que conseguimos um recurso de 3,5 milhões via secretaria e até hoje não chegou nada na comunidade. A entidade vai lá, alimenta nossa

esperança, toma conta do recurso e acha que somos incapazes. Eu mesmo já perdi a esperança de alguma coisa chegar”.

**Viviane – Embrapa**

“Como tem sido realizada a gestão do recurso. Tem investimento para pesquisa para redução da emissão de carbono?”

**Júlio César Araújo - 44 anos - Engenheiro Agrônomo - Prof. de Agronomia no IFTO - Vereador em Itacajá - Povo Krahô**

“Como está sendo a relação na ponta com os povos originários? Isso tem freado o avanço do Agro nas terras indígenas?”

**Vantuíres – Ilha do Bananal**

“Quais os critérios utilizados para distribuição de recursos? Qual metodologia para projetos? Qual metodologia para pagamentos, é via associação ou ordem de serviço? Ou pelo Estado?”

**Noé Gaio Ribeiro - Povo Krahô Canela da Lagoa da Confusão**

“Esse valor do crédito pode ser vendido novamente? O contrato prevê a oscilação do mercado?”

## **5.2. NAS RODAS DE DIÁLOGO**

A seguir estão transcritas as perguntas, comentários e proposições dos participantes nas 4 Rodas de Diálogo, realizadas com os representantes dos Indígenas, Quilombolas, Agricultores Familiares e Órgãos de Governo e apoio técnico.

Vale ressaltar que as Rodas de Diálogo tiveram o mesmo roteiro de discussão, divididos em dois momentos (Roda de Diálogo 1 e 2), conforme descrito no item 3 – Metodologia. No entanto, cada sala teve uma dinâmica própria, que pode ser percebida inclusive, pelos estilos diferenciados dos registros realizados pelos moderadores.

### **5.2.1. GRUPO DOS INDÍGENAS**

Ao todo, 74 pessoas participaram desta Roda de Diálogo, focada nos indígenas representantes das etnias Iny (Karajá), Karajá-Xambioá, Karajá-Javaé, Krahô, Apinayé, Kanela e Atikum, Akwê-Xerente residentes no Tocantins. O espaço também contou com a participação de representantes de órgãos governamentais e palestrantes, que se revezaram no apoio às Rodas de Diálogo.

Neste espaço de oitiva, os participantes tiveram a oportunidade de expressar, a partir da sua cosmovisão, a marca do desrespeito ao longo dos séculos com a linguagem materna oral, com os modos de vida, com os rituais tradicionais, bem como a ausência ou o não cumprimento de políticas públicas que garantem seus direitos, estabelecidos pela Constituição brasileira e pelos preceitos da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT 69) do povos indígenas

A seguir encontra-se a transcrição das falas dos participantes, expressas de forma mais próximas da forma como foram ditas.

### **Marquinhos Karajá – Xambioá - Presidente da Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins (ARPT) – aldeia**

Falar sobre o REDD+ é difícil e não tem regulamentação. Consulta prévia de verdade. O REDD+ Jurisdicional e o Privado deve ser uma decisão em conjunto com os povos. Tem técnicos em conjunto. Faltando esclarecer os recursos do Fundo Clima. Se vendeu quanto que foi? Queremos saber valores. A discussão precisa chegar aonde vai chegar. Quando fala em dinheiro é complexo. Ter responsabilidade, como o dinheiro vai chegar até nós? quando vai falar? Tem que levar para a base. Por que não faz as oficinas dentro nas aldeias? Logística melhor. Não faz sentido fazer na cidade, com todo mundo junto. Alinhar, o Estado não está tendo respeito com as organizações. Estamos dispostos a trabalhar como parceiro para ajudar. Não quero atrapalhar, quero trazer dentro da legalidade. Fazer garantir lei não é fácil. Os convites podem encaminhar. Trabalho em rede, informando a todos os representantes. Tem o grupo da ARPIT para ajudar a organizar. Por questão de encaminhamento. Questão de distribuição. Receber de acordo com o que tem. Receber pelo que preservou. Somos contra botar o que é deles e dar para o agronegócio.

### **Clarice da FUNAI**

Esclarecimento em relação a fala do Marquinhos. Gestão ambiental e territorial. Atuam em projetos junto a gestão ambiental e territorial. Acompanha a gestão dos projetos de REDD+ privado. Quem executa o projeto jurisdicional é o governo do estado do Tocantins, a partir de todos os mecanismos de construção. Quem é o executor das políticas de REDD+ JURISDICIONAL será o Governo do Estado do Tocantins, com parcerias institucionais. Enfatizar que as terras indígenas, diferentemente das propriedades privadas e quilombolas, são federais e de uso coletivo. O usufruto perpétuo são os povos e comunidades que habitam o território. Assim é preciso uma normativa federal relativa à comercialização de créditos de carbono em terras indígenas. Muito

importante que haja um arranjo intersetorial para o projeto de consulta com os povos indígenas. Qual a melhor forma para ser consultado? A FUNAI como protetora dos povos indígenas a arquitetura do programa e do processo de consulta. Vai ser encaminhado institucionalmente com os técnicos como querem ser consultados.

### **Robson Javaé**

Até quando seremos manipulados e usados pelo estado? Cadê as estradas? Até quando será necessário sermos tutelados? Cadê os recursos para formação dos indígenas? Se vendeu créditos? Quanto que foi? Por que não podem ter o direito de errar, como os outros erraram? De que forma será regulamentado? Querem participar e direcionar o recurso. Vivem pedindo esmola para o governo. A pior coisa é mendigar para o governo. Quando o fazendeiro pode fazer empréstimo e o índio não pode. Querem produzir o seu próprio alimento e poder vender os produtos orgânicos. Querem oportunidades. Querem abertura para poder participar. Querem ser protagonistas. Contratar “x” por cada povo para que o dinheiro chegue. A vida toda foram usados. Não aceitam mais viver de migalhas.

### **Celma Xerente**

Fala na língua mãe inicialmente. Esclarece que o português não é muito bom. Os políticos jogam as políticas para os povos que nem bomba. Agora é o Marco temporal. O que os políticos colocam para nós. Primeiro as coisas eram estudadas. O pessoal agora estudou que conhece que entende. Tem advogado, técnico de informática. Não tem estudo, mas tem experiência. Os políticos não respeitam nascente, não respeitam o cerrado. Colocam no papel bonito, mas para fazer em prática não faz. Eu nunca vi o pequi virando manga e pé de buruti dar fruta de mangaba. No tempo do governo dos deputados é cheiroso, depois que passa a política é sujo e preguiçoso. Nunca roubaram ninguém, eles que roubaram a gente. Estudem vocês que são jovens. Eu acredito muito pessoas que vêm das aldeias. Vai sentir como passa nas aldeias. Escuta os indígenas que falam português. Nos xerente tem mais técnico de informática.

### **Adão Xerente - Cacique**

Em relação ao tratamento que se tem. Tratou de dinheiro. Tem uma disputa grande entre os governos. Pelo que percebe se formou uma cúpula na secretaria de governo. Esses sistemas são blindados. Quem questiona demais é excluído. Quando você confronta o sistema, você é mal falado ou ele te coloca para dentro. Infelizmente estamos de frente de novo a esse sistema que se formou as portas fechadas. Não sabe o interesse de todos, quanto o recurso a chega eles não são distribuídos para os povos. O dinheiro nunca chega. Dão uma rocinha. O dinheiro conta muito. Queria que isso fosse mudar

um pouco. Centenas de lideranças. Todos voluntários. Quando o governo vai para dentro das aldeias não vai voluntário, é lei. Não pegar uma equipe de consultoria para poder fazer as ações. Nunca para o povo indígena. Nunca chega. Povo Xerente quer colocar no mínimo 150 pessoas nas oficinas para que seja efetivo, no mínimo 3 dias. De forma séria e transparente. O Objetivo dessa oficina é fazer entender o que que é o REDD+ para depois perguntar se quer o projeto jurisdicional ou privado. Período: Primeira quinzena de novembro. LOCAL: Aldeias em 5 regiões: Brejo Cumprido, Porteira, Funil, Rio Sono e Brupré. 5 oficinas em cada região e depois uma oficina geral com todos.

### **Vanessa Sidi Xerente**

Agradece a oportunidade de estar com todos os povos para tentar entender o projeto. Mas são pouco ouvidos e não há o empoderamento financeiro. Todos ficam de olho e como os povos indígenas serão impactados e favorecidos. Tudo muito novo e por isso é difícil para interpretar e trazer as nossas opiniões. Nossa meta é contribuir. Na comunidade indígena tiveram vários projetos que não deram certo, como o projeto Procambix. O que ficou da barragem foi medo. Pensa nos netos. Na época, as pessoas que lutaram pela barragem estão mortas. Estamos com medo. Será que é esse medo que queremos deixar para os nossos filhos? mas o amanhã só eles vão falar por elas. O recurso precisa ser igual ao bolsa família, um modo de incentivar os povos. Se isso chegar nas organizações para utilizar os recursos, não podemos errar. Estamos tendo uma única oportunidade. Estamos lidando com o futuro, o futuro depende de nós. Pois serão responsabilizados. Isso dói porque eles não têm mais peixe. O governo tem que ver como os povos indígenas serão beneficiados. Só tem um tiro por quatro anos. Só daqui a 4 anos. A gente concorda com o que o povo tem? Qual o futuro queremos deixar para eles (filhos e netos). Quem desmata tem direito? E quem não desmata, como os indígenas? Precisa ter muita calma. Como brigadista voluntária fui tentar apagar fogo várias vezes. Mulheres que se levantaram. Hoje se levanta porque acredita no seu povo, nas futuras gerações. O povo indígena precisa ser acolhido. Isso é mais do que obrigação. As vezes vem recurso de todo lado, mas muita das vezes os indígenas são usados. Agora é oportunidade de comer a beirada desse bolo. Indígena quer coisa boa. Muitos têm diploma para poder saber. Tem que dividir o conhecimento.

### **Emilio Apinajé**

Vem apresentar o seu povo. Faz parte de uma organização interna que tem. A discussão precisa ser assim. Participou do primeiro encontro em Palmas na Secretaria de Meio Ambiente sobre o REDD+, mas desde aquele momento ainda não entendeu. Nós lideranças precisamos entender mais. Meu povo que está na base não estão entendendo. Estão passando pela mesma dificuldade.

A conversa precisa ser levada para a base. Não pode dizer se vão aprovar ou não. Tem que respeitar o povo presente. Quer levar a conversa nas bases.

### **Micael Javaé**

Não tem como definir agora, antes do alinhamento com a SEMARH. Precisa sentar antes. Marcar o quanto antes, presencial ou online. Se não, vai confundir e dar interferência. É preciso acompanhar. Vão embora depois do almoço.

### **Secretária Narubia Werreria – SEPOT**

Várias questões importantes foram trazidas. O REDD+ acontece de duas formas, através do privado e o jurisdicional. As comunidades é que irão dizer se sim ou se não. Se não quiserem o REDD+ têm buscar as empresas. E os projetos privados podem ser bons ou não. O que está acontecendo é o pré-investimento. Com a SEMARH nesta liderança. O Projeto começou antes da criação SEPOT. O recurso do REDD+ já está aí. Então precisa ser definido. Nas oficinas será definido o que vai se fazer com o dinheiro. Independente do REDD+ o Governo do Estado tem que fazer as oficinas porque tem que fiscalizar. O Estado tem o papel fiscalizador. Independente da escolha. Até para que o povo entenda a diferença

### **Monica de Los Rios - Earth Innovation Institute no Brasil (EII)**

Fez esclarecimentos em relação à venda. Foi um comprometimento de compra dos créditos, após verificação por parte do ART TREES. Parceiros para correr risco. Oportunidade para os povos falarem suas necessidades e o governo ouvir para poder atender.

### **Lenimar Werreria - KANELA**

Santa Izabel e Fontoura não vieram para o Fórum. Ela propôs que as oficinas sejam realizadas lá, mesmo eles sendo contemplados o projeto REDD+ privado. Fazer oficina na Aldeia Fontoura e Santa Izabel. Querem parceria do Estado, apoio jurídico. Não pode abrir mão de estar junto construindo. Contratação do povo indígena nas empresas para participação. Tem que ter Iny, Xerente e outros. Principalmente os povos que falam sua língua materna. Representantes nas empresas.

Projetos – explicou que alguns indígenas desenvolvem projetos, com pousada. As etnias não são iguais. Tem famílias de artesão, agricultura familiar. Aptidões diferentes nas aldeias. Trabalhar pela aptidão de cada um para trabalhar feliz. Respeitar a liberdade. Ter liberdade para fazer seus investimentos.



O que espera do REDD+: o projeto vai trazer autonomia para o povo, dias melhores. Autossustentabilidade. Não precisar mendigar. Ver os filhos nas melhores escolas. O projeto vai ajudar em vários.;

Trouxe documentos e protocolaram. Precisam urgentemente de ajuda. Para trazer os jovens para fazer tratamento.

### **Marcello Lelis – SEMARH**

Já avançamos nos entendimentos. Vamos focar em como realizar as oficinas. Considero justas as propostas.

### **Srewê Xerente**

Já foi falado muito dos recursos. Desde da ECO 92, vem acompanhando o Debate do Fundo Clima. São provedores de todas as riquezas que existem no Brasil. Porém não se recebe nada. Há muito tempo se discute e não sai do lugar. Parissis continuam recebendo. Os parentes indígenas precisam receber benefícios e dinheiro. Não dá para ficar recebendo migalhas. Não dá para saber quanto nem quanto de carbono tem disponível. Trabalhando e ganhando dinheiro para sustentar o dinheiro. Francisca Arara precisa falar sobre a experiência do ACRE. A participação indígena é fundamental. Dentro esses setores, os indígenas devem ser apresentados. Querem produzir, querem trabalhar. Nas oficinas incluir mais uma oficina na Região Suprawaha. Pedir para que o Estado ouça os indígenas e que seja somente com indígenas. Os Xerente tem sonhos, querem sair das cavernas. Precisa de liberdade, querem ser tratados como lideranças, participar da política das decisões. Querem respeito. Querem etnoturismo. Não esquecer das organizações indígenas. ARPIT está esquecida, querem que a ARPIT participe de todas as articulações.

### **Rogério - Professor e advogado Indígena**

Expressa sua satisfação de estar no meio do seu povo e do povo Tocantins. Acompanha a discussão com a COIAB para participar das discussões. Sente falta de algumas organizações e instituições. A exemplo do Ministério Público e IBAMA. Necessária a presença da FUNAI. Nesse momento é importante a participação junto com o Estado para alinhar como o Projeto de REDD+ pode acontecer nas terras indígenas. Isso pode trazer entraves lá na frente. Nos momentos de debate é importante a presença do Ministério Público. Sente falta de uma explanação sobre REDD+ Jurisdicional e Créditos de Carbono, mas precisa falar dos projeto privados. Para entender como funciona a venda de crédito de carbono, para definir se querem projeto privado ou jurisdicional. Entende mais interessante o projeto jurisdicional, já que os contratos privados há dificuldade de compreensão das cláusulas leoninas destes contratos. Cientificamente as atividades indígenas, contribuem com as reduções de

emissões. Como o Estado pensa em explicar as dúvidas relativas aos projetos. Não sabe por quanto tempo será o projeto do Estado. O recurso do REDD+ não é da Secretaria, não vai substituir as ações da Secretaria.

### **Waxiaki Karajá**

Agradece a oportunidade, parabeniza todas as etnias presentes. Colocando suas ideias para chegar em um consenso. É importante ter a participação de um indígena dentro do processo para poder fazer os esclarecimentos. Temos uma secretaria dos povos, mas tem indígenas em todas as secretarias. Pede um representante indígena na Secretaria.

### **Célio Kanela**

Está falando em nome do povo, em nome do seu cacique que está presente. QUESTIONAMENTO: Como farão para garantir a representação dos povos que não estão presentes? Assim como os Krahô-Takaiorá, Pancararu. Karajá em Xambioá. Guarani que estão no território dos Āwa não estão presentes. Precisa garantir a escuta e participação.

Regiões que os povos citados estão:

- ✓ Pancararu - Gurupi
- ✓ Atikum – Gurupi
- ✓ Kanela – Lagoa e Araguaçu
- ✓ Funiô – Bico do Papagaio
- ✓ Guarani – Karajá em Xambioá

### **Roberto Carlos Krahô**

Com relação ao projeto, foi dados os esclarecimentos. Quer apresentar propostas. Querem a visita em todas as aldeias. 39 Aldeias para serem consultados.

- ✓ 22 aldeias – Itacajá
- ✓ 19 aldeias – Goiatins

Muitas vezes são usados e tem que aceitar tudo que é feito. É preciso discutir

### **Raquel Karajá**

Contra o contrato da Biofix. Estão cercados pelo Agronegócio. Nas aldeias muitos terminaram os estudos, mas não querem sair da Aldeia, precisa oportunizar. Tem que preparar os jovens para conscientizar mais a reflorestar. Tem o povo Inã não representado no Fórum, os Karajá da Aldeia Fontoura

precisam ir à base e consultar esse povo. Precisa ter formação de indígenas graduados. Se for esperar pelo Estado, sempre vai ter q ter um planejamento.

[OBS.: depois da fala da Raquel veio a relatoria solicitar que sejam realizadas oficinas separadas de homens e mulheres para que elas possam falar]

### **Renato Iarré Krahô** – Vereador do Município de Itacajá

Teria condições de acontecer oficinas em todas as aldeias para ver a situação do povo Krahô. Nas aldeias os indígenas se sentem mais a vontade. Não sabe o que é o REDD+ e como funciona. Quando se fala em dinheiro em relação aos povos indígenas todos querem participar. É difícil tomar decisão, são várias lideranças. Nas aldeias todos serão contemplados.

### **Idjauri Krahô** - Chefe da CTE de Itacajá.

Divididos em 2 municípios. A sugestão foi feita dessa forma por aldeia pois seus representantes não estão entendendo, para que as comunidades tendem entender um pouco como vai funcionar o programa. Depois essas aldeias sejam reunidos em um encontro final para reunir as propostas. Se é pra gastar, porque não fazer uma consulta da forma certa? Os Krahô são muito unidos, não aceitam venda ilegal de madeira. Fazer mini oficinas para fazer visitas nas aldeias.

### **Júlio César** – não- indígena – professor e indigenista

Faz parte da equipe que está com o TJ rodando as aldeias. Destacar a possibilidade para consulta. Quando estava na FUNAI estavam conversando a forma mais efetiva para fazer a consulta. Cada aldeia tem uma cosmovisão diferente. O mundo ideal seria o recebimento nas suas contas. Todos querendo entender qual o seu ideal. Precisa determinar o mais próximo do ideal. Outra proposta é a realização de reuniões regionais, pois os Krahô tem suas diferenças regionais.

### **3 OFICINAS**

- ✓ Itacajá
- ✓ Goiatins: - Fazer 2 regionais (aldeia - Capital do Campo de Goiatins e Mangabeira)

### **Vanessa Sidi Xerente**

Contratar indígenas para fazer as oficinas. Mais importante fazer uma coisa de excelência do que de qualquer jeito.

### **Vaniscleisson Karajá – Xambioá**

Pergunta que deve ser feita: Como que o Estado quer fazer e deixar os povos se reunirem para debaterem e tomarem decisão? Essa discussão já existe e tem muito tempo. 4 dias reunidos com conhecimento para entender o que é REDD+. Tem que incluir as organizações indígenas. ARPIT precisa estar nas discussões. PENEGÁ. Fortalecer as organizações. Os rios estão secando. Falhamos pq não conseguiram escolher lideranças. Na APL, tem capacidade para estar nas oficinas, mas nem todos tem capacidade para entender. Sendo que poucos parentes vão ter interesse e vão querer trabalhar em cima daquilo. Só vão querer

### **Marquinhos Karajá - Xambioá (ARPIT)**

Isso aqui mostra um olhar totalmente diferente para a realidade. A organização de cada povo tem que ser respeitada e sua forma de se organizar. Todos tem diferenças. Vão ter que aprender a respeitar a diversidade. Queremos que vão à base informar. Precisa de 10 lideranças de cada povo para mobilizar. Os critérios são esses: dialogar diariamente com a base. É importante que depois das oficinas tenha uma oficina com todas as aldeias. Com a participação de média de 150 pessoas. Local: rotatividade de reunião em uma aldeia. Precisa consultar a base. Precisa de lideranças para mobilizar e ajudar nas oficinas nas aldeias.

- ✓ Itacajá: 19 oficinas
- ✓ Goiatins: 22 oficinas

### **Registros Fotográficos:**





## **5.2.2. GRUPO DOS QUILOMBOLAS**

### **I. Apresentação Inicial:**

A Roda inicial de Diálogos com os quilombolas no 1º Fórum sobre o REDD+ Jurisdicional do Tocantins começou com uma apresentação da moderadora, cujo objetivo era criar um vínculo inicial com os participantes. A moderadora destacou a importância do evento e expressou seu compromisso em facilitar discussões produtivas destacou também destacou como o REDD+ poderia ser uma ferramenta para o fortalecimento dessas comunidades, a conservação das florestas e a mitigação das mudanças climáticas.

### **Compartilhando Desafios:**

Em seguida, a moderadora incentivou os participantes a compartilharem seus desafios na implantação do REDD+ em seus territórios. A maioria dos participantes destacou que o principal desafio estava relacionado ao território. Eles mencionaram questões como:

**Maira Silva** - Quilombo de Ivaporunduva. São Paulo

“Esse é um espaço para falarmos. Colocar nossos anseios. Não existe Certo e Errado. Como bem a gente já entendeu aqui é o início. Todos os anseios e perguntas sobre seu território e tudo será direcionado. Em relação a jurisprudência essa é uma atenção feita pelo Estado, mas vocês têm de lembrar dos órgãos como Ministério Público Federal e Defensoria Geral da União. Como exemplo do meu estado o governo queria privatizar e foi importante a ação conjunta dos membros para que não houvesse essa concepção. Essa ação foi um marco da luta e o que eu quero colocar é que se tiverem mais momentos de consulta o povo quilombola tem de participar”.

**Rogério Ribeiro** – Quilombo Mimoso

“Depois de ver o exemplo em relação aos outros estados fiquei em dúvida de saber como o REDD + vai atuar junto a regularização dos territórios. Poder Público tem atuado bem junto aos quilombolas, mas me pergunto como vamos proteger nosso território se não temos de fato sua posse. Eu creio que é o momento de avançarmos na conversa, abraçar e continuar a acreditar que é possível levantar também a pauta do território. E outra coisa é importante que o Estado também vá até a comunidade.”

**Lucivaldo** – Comunidade Quilombola Ciliar. Município de Esperantina

“Minha comunidade é histórica e ribeirinha de mais de 100 anos e lá temos criação de galinha e um trabalho de sítio reflorestando e acredito que esse projeto vai nos ajudar em pontos como esses. A ideia é voltar e passar direitinho para a comunidade o que foi falado aqui e esperar vocês junto a secretaria que está nos dando apoio. Eu acredito que vamos melhorar com esse projeto que já atingiu diversos países e agora chegou até nós, dos

quilombos e os índios. Acredito que dias melhores virão e agradeço por chegar até nós.”

**Maria de Fátima** (conhecida como Andreza) – Comunidade Quilombola Barra de Aroeira

“Somos de um território histórico que ano que vem completa 300 anos de luta. Hoje nos achamos em 965 hectares e os fazendeiros entraram na demarcação e dificultaram. Quando vamos cobrar nos respondem que não tem recurso e até hoje nada foi resolvido? Um senhor da Comunidade teve o pneu da moto furado e cortou um caminho de 10 km e um vaqueiro foi lá na roça brigar com ele e com esse projeto que hoje debatemos sinto esperança e vejo uma porta aberta e a primeira coisa interessante para o nosso quilombo é ajuda com o território para avançarmos para as outras partes. Estamos cercados e pedindo socorro pois até nossas estradas estão fechadas para nossa passagem. E se esse projeto puder nos ajudar nesses pontos será muito bom”

**Aparecida** – Quilombo Brotão. Município de Filadélfia

“Aqui estamos aprendendo o que é Red. para levar a nossa comunidade. Pelo que eu vi nesse projeto temos de falar do território. No nosso quilombo estamos na fase de retirada dos fazendeiros, mas já tem 4 anos que estamos nessa fase. No Quilombo Brotão temos onça pintada, onça vermelha, onça preta, lobo Guará e um cerrado bem conservado. Para isso ouve muito choro, luta e conflito porque temos 13 fazendeiros de grilagem por lá. O primeiro povo que se escondeu lá foi 1892 e hoje temos 48 famílias. A luta é pra ajudar nosso jovem e ajudar na saúde precária. Não temos apoio na saúde e o jovem precisa de ajuda pra trabalhar no quilombo. Meu filho não tem emprego no quilombo e perdeu a visão na firma da cidade que trabalha. Lá no nosso quilombo a gente não se trata com remédio de farmácia e sim com as cascas das árvores sabendo tirar para não machucar a árvore. Eu creio que com o REDD + podemos ajudar principalmente nossos jovens e na construção de nossas casas. Nosso costume de comer compartilhado e nossos costumes precisam ser mantidos. Nosso Cerrado tá em pé, graças ao quilombo Brotão”

**Evandro** – Município de Arraías

“Quero agradecer a todos os irmãos quilombolas que estão aqui para desenvolvermos esse projeto junto ao estado. O interessante é que o Estado está com essa parceria com os quilombolas e precisamos trabalhar baseado na transparência. Quando eu vi o caso do Mato Grosso eu fiquei pensando na nossa cota dentro desse projeto e essa informação é importante. Quero agradecer a secretária dos povos originários por lutar por nosso povo’.

**Dona Zoreide** - Quilombo de Ponte alta – Região do Jalapão

“Quero fortalecer em relação ao território pois como nós estamos em uma reunião em relação governo me sinto como um berço. Gostaria que aqui também tivesse o INCRA, Intertins e Naturatins. Temos de cobrar dessas instituições.”

**Lourenço Gonçalves** – Presidente da Associação Quilombola São José. Município de Chapada de Natividade

“Aqui nós vamos ter de acostumar com a fala dos quilombolas porque vai ser igual remédio de curador. Tudo em uma fala só e uma língua só. Sou do tempo do passado e esse é meu jeito de falar. O que eu tenho a dizer é que eu ando atras de saber e levar uma certeza daqui é sobre a regularização da documentação dos assentados. Outra coisa que eu quero levar é a respeito dos benefícios que são permitidos e saber de onde começa pra eu cobrar. Desde ontem estou aqui e vou deixar bem claro, e estou repetindo igual remédio de curador, porque não ajudar os pequenos produtores e quilombolas pois somos seres humanos e fomos os primeiros do Brasil junto com os índios.”

**Luzia** - Comunidade do Prata. Região do Jalapão

“Fui a primeira presidente mais nova do quilombo e minha pergunta é se o REDD + vai ajudar as comunidades porque nosso território é o seguinte. De um lado é o parque nacional, do outro o parque federal, município, área de preservação ambiental e outro município. Sem falar que estamos dentro das terras dos fazendeiros que apareceram depois que estávamos lá. O diálogo com o REDD + vai ajudar as comunidades e o dinheiro vai ser destinado para regularizar os territórios? Pois temos natureza porque preservamos e as vezes não conseguimos nem proteger. Os fazendeiros derrubam nossas árvores e



falam que tem direito porque a terra é deles. Eles estão acabando com nossas águas, nossas matas e veredas. Minha dúvida é se pode nos ajudar nas nossas matas.”

Aparecida – Presidente da Associação Quilombola Rios e Mateiros

“A nossa comunidade está dentro de uma estação ecológica, aliás a estação ecológica está dentro da nossa comunidade pois foi criada depois e existimos porque temos um termo de compromisso com o CmBio. Nossa conservação foi 100 % não temos desmatamento e pra gente que vive, mora e ama terra não podemos nem construir nossas casas. Nossos filhos não tem acesso a terra de um lado só possamos de bicicleta, não temos acessibilidade e quando chove eu fico na cidade ilhada com medo de adoecer. Precisamos de um antropólogo e ajuda com as pessoas que adoecem e não tem apoio. Queríamos ser contemplados no Red. para explorar um turismo sustentável.”

Wallison. Chapada de Natividade

“Estou feliz por estar em um fórum que tá dando visibilidade, ter voz e dar voz. A minha problemática é reiterando as falas aqui e o Agro não é tudo tanto que o REDD + tá olhando para quilombolas e indígenas. Nosso problema é com a Mineradora que estão apagando e silenciando a nossa história. Hoje minha cidade se encontra a 300 metros da mineradora e minha casa teve de ser derrubada porque não aguentou as explosões das mineradoras. Que bom que esse projeto chegou e nos visibilizou. Temos um poder imenso é só olhar para essa sala com toda essa politização e pessoas ocupando nossos espaços e falando de nossas problemáticas e nossas dores. Onde é a mineradora era uma cachoeira e acabou com minhas memórias afetivas.”

Leticia – Comunidade Ilha de São Vicente. Município de Araguatins

“Me senti contemplada em várias falas, mas eu não podia deixar de falar da minha comunidade e dos meus anseios. A Ilha de São Vicente foi criada em 1988 e não temos até hoje água tratada. Queremos entender como isso vai beneficiar a gente. Ocupamos só 2% do território e o restante tá tomado por invasão e estão derrubando as árvores. Se ainda tem árvore é porque o

quilombo de São Vicente denuncia e faz boletim de ocorrência quando tem desmatamento”.

No segundo momento da roda de diálogo com os quilombolas no 1º Fórum sobre o REDD +Jurisdicional no Tocantins, iniciou-se com o advogado da Tocantins Parceiras esclarecendo pontos técnicos cruciais. O advogado destacou aspectos legais e regulatórios relacionados ao programa REDD + e sua aplicação no contexto quilombola, promovendo um ambiente informativo e esclarecedor para todos os participantes. Essa discussão visava garantir uma compreensão mais profunda e colaborativa das implicações do REDD + na região.

Após esclarecedora fala do advogado da Tocantins Parceiras, a moderadora Ana Cláudia Cardoso assumiu a condução, dando voz e espaço para as escutas atentas dos quilombolas. Ela direcionou as falas para abordar alternativas relacionadas ao REDD + para a comunidade e para discutir a realização de oficinas.

Ao longo do trabalho, a moderadora demonstrou sensibilidade ao identificar e destacar pontos essenciais nas falas dos povos quilombolas, priorizando suas demandas e contribuições à discussão. Essa abordagem facilitou uma conversa mais produtiva e inclusiva, promovendo um ambiente de diálogo eficaz e construtivo.

Segui-se com os depoimentos seguintes:

Fabrizio Guimarães – Representante da Topar

Boa tarde, senhores, eu sou o Fabrizio Guimarães, sou advogado, trabalho no time jurídico da Tocantins Parcerias, a Tocantins Parcerias é uma empresa que juntamente com o a Secretaria do Meio Ambiente, as demais secretarias de estado estão trabalhando em conjunto pra fazer com que esse projeto REDD + saia do papel.

Hoje o projeto REDD + está sendo pensado e é por isso que todos nós estamos reunidos aqui pra tentar chegar a outras conclusões e futuramente

efetivar o processo, né? A certificação do crédito que eu gostaria de esclarecer para os senhores e acho que é uma questão muito importante de ser debatido e entendido.

O objetivo final do Programa é certificar o crédito de carbono de toda a área verde do estado do Tocantins. Então, isso engloba várias terras e terras que pertence a comunidade de vocês comunidades indígenas e todas as demais terras que compõem o estado, as áreas verdes. Essas áreas verdes serão, vamos dizer, quantificadas por aquela equipe da Marli que estava lá mais cedo, aquela equipe e elas têm os números.

Quando eu falo área verde é toda a área de vamos dizer, proteções ambientais, as Apas, os sítios ecológicos, que é a área de preservação permanente as reservas legais das fazendas, todas as áreas em que ainda existe uma vegetação nativa, essa é uma área verde e aí esse sequestro de carbono é que a gente tá tentando quantificar no estado inteiro

Eu consegui, vamos dizer, pela conversa com vocês pela manhã, separar alguns pontos que eu percebo que são algumas dúvidas mas que tudo que eu estou dizendo aqui agora não vai se encerrar por aqui, será discutido futuramente em novas oficinas, que é o principal objetivo e vamos sair daqui hoje com esse produto que é a possibilidade de como realizar, onde realizar e quando realizar as oficinas.

A primeira questão é eu acho que o colega aqui foi sobre os números e o que será efetivamente partilhado? Vamos dizer, ele perguntou da quantificação, valor, pra onde vai.

Em si no momento não existe um número fechado de quanto é de crédito de carbono que foi sequestrado no Estado do Tocantins, não se sabe depois do registro desse crédito por quanto ele será vendido e quanto efetivamente vai ser arrecadado para os cofres públicos e no momento a gente tem é uma previsão do que seja é possível registrar.

Só depois do registro e da venda é que teremos de fato precisão de quanto será arrecadado e quanto será partilhado. Agora já adianto a vocês, existe uma lei no âmbito do estado Tocantins, essa lei fala expressamente que esse valor que será arrecadado com toda venda do crédito vai para o fundo do meio ambiente.

Dentro do ambiente do fundo do clima, esse valor vai ser revertido exclusivamente pra partilha de resultados. Então, ele será vamos dizer assim, ele é uma fonte fechada do governo do estado e ele só vai poder gastar esse valor que vai ser investido uma partilha dos resultados pra aquela população que atuou na preservação do meio ambiente.

Então vai ser partilhado aqui com os agricultores e com os postos tradicionais. Essa é um principal ponto. Então eu queria dizer que nesse momento não existem números. Por isso que a gente não está abrindo números porque não existem. Esses números ainda vão ser dos créditos que vão ser codificados, registrados e futuramente rendidos ainda que não esteja falando em público

As percentagens, elas não estão fechadas hoje, elas não estão decididas e o objetivo das principais das oficinas que vão ser realizadas tanto aqui com as comunidades quilombolas e os pequenos agricultores será chegar a um consenso dentro das oficinas da percentagem que cada população irá receber nas partilhas desses valores.

Então assim, no momento das oficinas que serão realizadas diversas e por diversas ocasiões especificamente pensando na preocupação de cada etnia indígena ou de cada comunidade quilombola é que naquele momento ter uma dimensão de qual porcentagem que cada uma vai ficar desse valor que vai ser revertido.

Mas existe uma percentagem esperada para o estado? Certamente. Existe, qual é também não tá decidido porque a gente só vai decidir a porcentagem do Estado depois que for decidida a percentagem das comunidades.

Dentro das oficinas, além de decidir a partilha com a percentagem, vai ser decidido os benefícios. Os benefícios seguem no seguinte sentido onde será distribuído dinheiro, que vai ficar vai ficar no fundo clima. Lá no fundo clima a gente vai patrocinar a realização de políticas públicas. Então vocês no âmbito das oficinas vão ter que dizer, olha, nós precisamos disto. Eu percebi aqui hoje que foram trazidas várias demandas, questão da saúde, da segurança, da educação, transporte e principalmente a questão da titularização dos títulos das áreas de vocês, né? Essas questões vocês vão partilhar nessa oficina, eles vão falar olha, essa é a nossa demanda. Nós queremos que a nossa porcentagem seja gasto com isso.

**Joana** - Vereadora Quilombola. Quilombo São Joaquim. Município de Porto Alegre

“No nosso caso temos lutado e recebemos apoio da prefeitura. Precisamos de apoio também com os editais que tem prazo curto.”

**Raimunda** - Quilombo Rio Preto

“Segurança e passe livre. Ir e vir pelas comunidades e cidade é o meu apelo.”

**Lucilene** - Comunidade Quilombola da Região de Santa Maria

“Como tantas outras minha comunidade está em conflito. As estradas são uma dificuldade. Precisamos de ajuda com regularização e igualdade.”

**Laura** – Comunidade Quilombola de Lajeado

“Quero agradecer a presença dos nossos anciões e anciãs. Minha sugestão é para que as políticas não chegue mais em conta gota. Estamos avançando e hoje estamos aqui. Foi bacana ver o pessoal do Mato Grosso e Acre, mas gostaria de ouvir o povo do nosso povo falando. Quem vai fazer os projetos para o Red. +? Teremos Assessoria?”

Membro da TOPAR respondeu: “Estamos preocupados em dar esse apoio legal e emocional para que vocês possam fazer uso desses dispositivos quando chegar o momento.”

**Iani** – Morro de São João. Santa Rosa

“Sou estudante de Direito da Universidade Federal do Tocantins e a presença da Narubia e a Marli nos dá uma confiança de acreditar nesse projeto. Nossa comunidade se originou de uma fazenda em que o padre teve filho com uma escrava. O local não tem regularização e cada quilombola não tem o título do seu lote. Minha dúvida é se o fundo clima foi criado e porque eu não vejo representante quilombola no Conselho estadual de meio ambiente.”

Representante da Secretaria de Meio Ambiente (Semarh) Marli respondeu:

“O Red. foi elaborado como documento oficial no Estado e apresentado em 2020 pela Secretaria de Meio Ambiente. Esse documento padrão foi aceito, mas com ressalvas em relação ao documento que precisa atender a 41 % das exigências pois 59 % já foi concluída.

O que eles perguntam? Para vocês terem uma ideia eles perguntam questões como: “Quanto de unidade de conservação tem no Estado do Tocantins? Existe Um cadastro ambiental? Como funciona o conselho estadual de meio ambiente? Quem está representado? Enfim são 120 perguntas que devem ser respondidas junto com o relatório e entregar os mapas. Os 41% custa dinheiro junto no término desse programa.

O custo não está só na parte de salvaguardas, mas em todas as áreas. Em fazer os relatórios, estruturar e reduzir o desmatamento, apagar incêndios e isso tudo custa caro. E quando se vai registrar os créditos você paga uma taxa igual quando se registra uma terra no cartório. O governador informou não poder liberar o valor para o projeto.

Fizemos então um edital internacional a procura de uma empresa que queira fazer esse dinheiro para investimento e apostar no estado Tocantins e comprar o crédito. Apareceram três empresas sendo que a da Suíça foi a vencedora. A empresa solicitou que se fizessem duas leis uma pro Serviço ambiental e outra para o fundo clima.

Entramos então com esse recurso de pré investimento. Eu gosto muito de usar o exemplo do artesanato para explicar esse recurso de pré investimento sendo que a empresa disse: eu quero comprar e vou dar um dinheiro para você terminar o serviço, mas quero saber para onde será destinado o dinheiro. Então, por exemplo, se uma pessoa deseja comprar mil peças de capim dourado e você tem 8 meses de prazo para entregar. Você analisa o tempo de colheita do capim dourado, material e peças. Você pede então um pré investimento para se trabalhar e entregar as peças no tempo. É isso que vem acontecendo no Estado do Tocantins.”

**Neosail:** Comunidade Quilombola lajinha

“Para nós é uma honra estar aqui hoje. Hoje eu pude perceber que nós estamos com a faca e o queijo na mão. Este é o momento para pensarmos nossas questões do território e pensar em uma política coletiva. Não vejo possibilidade de o entrar em REDD + nossa comunidade sem nosso território definido.”

**Rita – Quilombo Rio Preto**

“Para discutirmos sobre o REDD + precisamos que nosso nome esteja no Conselho Estadual de Meio Ambiente. Temos 4 comunidades no total e hoje estamos com 47 comunidades aqui presentes e temos o direito de estar no conselho estadual. Quando foi falado sobre a consulta pública e infelizmente não temos internet no quilombo e precisamos de mais canais de comunicação com transparência e uma comunicação mais oral porque é assim que pensamos. Pedimos ao Estado também ficar atento com as regras do Agro e que eles se conscientizem da responsabilidade social. Estamos lutando pelo básico e quero saber das políticas que o estado pode fazer para nos resguardar quanto a segurança”

### **Aspectos Observados:**

A roda de diálogos concluiu com um compromisso mútuo de abordar os desafios existentes, implementar as alternativas discutidas e avançar na execução das oficinas. O encontro representou um passo importante na promoção do desenvolvimento sustentável e da preservação das tradições culturais das comunidades quilombolas do Tocantins conforme podem ser observado abaixo:

### **Registros Fotográficos:**







### 5.2.3. GRUPO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

A Roda de Diálogos teve início, no Tribunal de Contas do Tocantins, em Palmas, com a apresentação de todos os presentes. Ao todo foram 41 pessoas com suas presenças registradas e o moderador (Samuel Daltan) que organizou as discussões. Conforme a lista de presença foram 35 agricultores(as) familiares do Tocantins, 01 (um) agricultor familiar do Mato Grosso que esteve como convidado para realizar uma apresentação, 02 (duas) servidoras da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins (Semarh), 02 (dois) servidores da Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais do Tocantins (Sepot), e um representante da Tocantins Parcerias (Topar). Por volta das 11h40, o secretário da Semarh, Marcelo Lelis entrou na sala e acompanhou as discussões por volta de 30 minutos.

Logo em seguida, após serem instigados, os(as) agricultores(as) familiares mencionaram algumas entidades que deveriam estar presentes, mas que não estavam. São elas: Colônia de Pescados da APA Cantão de Caseara; Centro de Direitos Humanos de Cristalândia (CDHC); Torrões de Caseara; Comunidade das pescadoras de Lajeado; Federação da Pesca Artesanal (FETOPESCA); Comissão Pastoral da Terra; Movimento Estadual dos Direitos Humanos; e Movimento dos Atingidos por Barragem.

Os participantes decidiram iniciar as discussões relatando dúvidas e algumas perguntas que gostariam de fazer. São elas:

#### **Silvania A. da Silva - Ipueiras (TO)**

Ela disse que a região de Ipueiras é quase toda cercada por água, sendo quase uma ilha, possuindo grande biodiversidade.

Sua pergunta foi: Como a gente fica com a questão de trabalhar a redução de carbono sendo que não estamos com as áreas regularizadas pelo Incra e nem por outro órgão?

A bióloga da Semarh, Denise Martins, respondeu que a intenção é utilizar os recursos do REDD+ Jurisdicional para tentar regularizar essas áreas. "Estamos em tratativas com o Itertins para tentar regularizar tudo isso".

**Francisco Pé do Morro - Miranorte (TO)**

Disse que ponto fundamental para todos é a regularização fundiária.

**Maria Divina – Natividade (TO)**

Explicou que a regularização fundiária é uma preocupação de todos e que precisa ser uma política de governo, estadual e federal. "Moro num assentamento que muita gente está irregular. Enquanto não sair do papel não vai sair nada... Acredito que o REDD+ vai ajudar a gente a resolver a situação do pessoal. O Incra não tem funcionário... nunca fez nada... não nos recebe... A Reforma Agrária no Tocantins está parada. é um problema.

**Maria Guanamar Soares – Palmas (TO)**

"Preciso entender qual o orçamento que tem pra fazer esse trabalho de regularização. E entender a titularidade dessas famílias. Algumas receberam os títulos e outras não".

Ela fez as seguintes perguntas: Como vai ser a repartição da verba? Como serão divididas e definidas as prioridades pra cada local? Como vai ser construído esse diálogo com as comunidades locais?

Em seguida comentou: "Enquanto não fizer regularização não vai sair muita coisa. Os conflitos agrários estão fortes no Tocantins". Ela ainda questionou sobre como esse processo (do REDD+ Jurisdicional) está ocorrendo para que todos possam se sentir seguros?

**Messias Barbosa** (não assinou a lista de presença. É um senhor de idade)

"Temos um grande desafio. No Tocantins existem entre 360 a 370 assentamentos (377, conforme afirmou outro participante). Essas terras, do ponto de vista legal, são do INCRA e uma grande parte tem reservas ambientais nesses condomínios e existem os conflitos de famílias que já entraram no lote (assentamento/comunidade) posteriormente...

Ele fez as seguintes perguntas: Essa gente que entrou depois (nas áreas/assentamentos) vai participar dessa regularização? O Incra deve estar presente... Esses recursos do REED+ Jurisdicional vão do Incra para a comunidade? Como fica a relação do agronegócio sufocando as pequenas propriedades? E os territórios em conflitos, que que estão na justiça?

A bióloga da Semarh, Denise Martins, respondeu que o INCRA e o Itertins foram convidados para participar, mas não vieram. "Sabemos que o principal assunto é regularização fundiária".

O representante da Tocantins Parcerias, Jociene da Silva Moura, respondeu que há uma dificuldade do INCRA em dar esse apoio. Disse que Topar, nessa questão, tem um trabalho fantástico com o judiciário, intermediando essas questões. Um caminho seria o Governo do Estado agir de forma semelhante e ver onde está dando resultado para efetivar isso, também para os agricultores familiares presentes. Com todos os poderes envolvidos, o caminho da regularização fundiária no País seria melhor, afirmou.

O secretário da Semarh, Marcelo Lelis disse que o momento era para ouvir as demandas.

**Odilon Andrade Filho – Palmas (TO)**

Disse que era importante trazer o Instituto Federal para essa questão da regularização fundiária. "Essa questão se resolve com grana e vontade política. O Incra está sucateado, nos últimos 20 anos. Regularização fundiária é a base do REDD+".

**Cícera Soares – Esperantina (TO)**

"Conheço a história do Tocantins desde 1992. Estou achando maravilha participar desse evento, pois esse diálogo é fundamental. Mas estou igual cedo no tiroteio, bombardeada de informações de todos os lados".

Ela falou sobre os problemas da reforma agrária. "Acho que tem que ser um projeto de governo. Governo sai e entra. Programa de governo, quando o outro entra, ele tira. Quem mora em área de reforma agrária precisa receber os títulos. Estou há mais de 30 anos no meu assentamento e nunca recebi meu título. Quem mora na roça tem sentimento, desde a hora que coloca a semente na terra. Temos que lutar pelas nossas águas. Quem ainda tem água potável são os indígenas e quilombolas. Temos que trazer esse sentimento, essa sensibilidade... A natureza tá gritando, porque é viva. O que precisamos é de governo e entidade que tenha esse compromisso com a sociedade e saiba respeitar o que temos. Precisamos de educação, saúde e investimento pra viver na nossa terra.

**Antônio Benedito da Silva – Santa Rosa (TO)**

"Estamos pegando a responsabilidade que era do Governo em aplicar (recursos) naquilo que o Governo deveria fazer e deixamos de aplicar em outras coisas importantes. Outra coisa, sobre a criação de um conselho... tomar cuidado pra não ser igual o Coema que temos uma cadeira e muitas do Governo. Toda vez q vai pra votação a gente perde. Se são seis vagas pro governo, tem que ser seis vagas pra gente. Outro... Quantas máquinas dos programas públicos beneficiam a gente? Tomar cuidado pra esses recursos não serem desviados.

**Maria Alzenira – Esperantina (TO)**

Disse que desde 1993 está vendo Esperantina se desmanchar. "Só rico manda. Só político cria curral eleitoral e o povo vai indo embora. Dos 18 assentamentos a gente conta no dedo o que tem reserva. No meu tínhamos 50 alqueires de reserva. No mandato anterior, da Prefeitura, foram lá, invadiram e começaram vender os lotes, de reserva permanente". Disse que grandes pecuaristas de Imperatriz (MA) estão criando gado numa reserva federal, dividida por um político local. Afirmou ainda que a maioria dos lagos foram soterrados. Falou sobre o problema da dificuldade de se obter empréstimos. Finalizou pedindo ajuda aos sindicatos e à FETAET.

**Francisco Pé do Morro – Miranorte (TO)**

"O Estado foi criado pra cuidar do povo. O Estado, com suas instituições é pra cuidar as necessidades do povo, mas hoje o povo tá com medo do Estado. O Estado se protege do povo com suas instituições. Hoje, a gente não consegue o CAR, não sabemos como fazer. O que está sendo discutido aqui é a agenda 2030. Não adianta espernear, tá descendo pra gente... aqui é só pra gente

homologar. Querendo ou não, as coisas vão acontecer. O que tá sendo discutido aqui é pro meu filho de 20 anos. O dinheiro vai vir, mas não quero dar 50% pro Governo não... que seja menos... que as comunidades produtoras de crédito de carbono precisam ser isentas desses impostos que vão criar pra tributar os poluidores. O Governo tá com pressa de regularizar o crédito que já venderam. Que venham os royaltys para as comunidades. Porque estrada e ponte é benefício do Estado".

Ele também propôs que as comunidades geradoras de carbono sejam isentas de qualquer imposto que seja criado relacionado com créditos de carbono. "Sou do CDH de Cristalândia, faço parte do conselho... represento minha comunidade, Fazenda Pé do Morro (Miranorte). Já sentaram com o agronegócio? A fatia grande é pra eles.

O secretário Marcelo Lelis respondeu que o importante é um processo claro e transparente. "O agro vai tá junto. Apesar de causarem muitos danos ambientais, muitas áreas que queremos preservar estão nas áreas deles. Todos vão estar envolvidos. Só vamos ter acesso ao recurso quando validarmos e certificarmos os créditos. A etapa mais importante é a da escuta, com vocês. Se não for verdadeira, não vai valer. vocês vão definir o que vão fazer com os recursos. Existem vários desafios. Se fizer tudo perfeitamente, sai em um ano (os créditos de carbono). A chance de dar errado é pequena". Ele ainda explicou que já houve o pré-investimento da empresa para regularizar tudo. "Temos os recursos. O projeto é o Estado todo. Estamos vendendo os créditos passados e futuros, desde 2016 até 2030".

A 2ª Roda de Diálogos começou com a apresentação do agricultor familiar de Querência (MT), Eleandro Mariani Ribeiro. Ele mostrou como o projeto da associação de que faz parte, conseguiu se beneficiar de recursos REM Mato Grosso. A apresentação está em anexo (Anexo III). Sua apresentação durou cerca de 35 minutos. Depois foram feitas algumas perguntas a ele e houve a troca de experiências.

### **Proposições para realização das Oficinas**

Na ocasião, foram definidas, por meio de votação, o local de realização das seis oficinas do REDD+ Jurisdicional, até o mês de fevereiro de 2024, voltadas ao público dos agricultores familiares do Tocantins. Os municípios são: Araguatins; Araguaína; Guaraí; Gurupi; Natividade; e Palmas. Ficou definido, entre os participantes, que cada oficina deveria ser de três dias de duração, com data e local a serem definidos, posteriormente, pela Semarh em conjunto das associações locais. Outros pontos específicos, definidos, são que devem participar as mesmas lideranças, presentes no Fórum, e outras que devem ser definidas pela Secretaria, federações e associações. Pediram 15 dias para que as associações e federações definam os participantes das oficinas.

### **Dúvidas e questionamentos**

Também foram pontuadas as principais dúvidas e perguntas que surgiram nas discussões das rodas de diálogo. São elas:

- Como será a divisão da verba do REDD+ Jurisdicional?

- Como serão definidas as prioridades para cada local?
- Como será construído o diálogo com as comunidades?
- As pessoas/famílias que entraram depois, nas áreas/assentamentos, vão participar dessa regularização, para receber os recursos do REED+ Jurisdicional?
- Os recursos do REED+ Jurisdicional vão do INCRA para a comunidade?
- Como fica a relação do agronegócio sufocando as pequenas propriedades?
- E os territórios em conflitos, que estão na justiça?

Ao final da Roda de Diálogos 2, a agricultora familiar e presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (Fetaet), Guanamar Soares, para apresentar os pontos discutidos no auditório principal do Fórum.

#### **Registros Fotográficos:**







#### **5.2.4. GRUPO DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E DE APOIO TÉCNICO**

A Roda de Diálogos foi realizada no Tribunal de Contas do Tocantins, em Palmas, no primeiro momento todos os presentes fizeram sua apresentação de nome e local de trabalho.

Participaram pela manhã cerca de 25 pessoas, sendo 18 mulheres e 7 homens. A sala contou com participantes da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Tocantins (Semarh), da Secretaria dos Povos Originários e Tradicionais do Tocantins (Sepot), Embrapa, Defensoria Pública, Tocantins Parcerias, Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei-TO), Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins), Federal dos Trabalhadores do Estado do Tocantins (FATAET), Cáritas Brasileira, Movimento Sem Terra (MST), GIZ Cooperação Técnica Alemã, Sepla/Acre, Funai Coapae.

Nesta etapa da roda Fernanda Veloso (moderadora da sala apresentou os tópicos de discussão para todos levantando o tópico: Quais OPORTUNIDADES e DESAFIOS você identifica nas experiências do Acre e do Tocantins para implementação do REDD+ no Tocantins?

Registros dos debates:

##### **Samuel dos Reis – Caritas Brasileira**

Levantou o desafio da operacionalização por parte do Estado. Disse que acompanhou outros projetos no Estado e ressaltou a importância ouvir a demanda da comunidade indígena, para o recurso chegar em algo que eles realmente queiram.

Perguntou como o Estado vai fazer para gerir o programa pra que ele realmente aconteça? Para que o recurso não volte? E para que não seja utilizado em outros fins.

##### **Ruth Caetano Cardoso – Federação trabalhadores rurais**

Falou primeiramente sobre os agricultores familiares. Dos agricultores que estão com suas reservas verbas coletivas, suas reservas sofrendo a pressão, do agronegócio. Do desmatamento, dos assoreamentos provocados pelo agronegócio. Perguntou como o programa seria efetivo para individualidade do pequeno produtor.

Pontuou a questão dos empreendimentos que de fato possa resultar em ampliação da produção, melhoria da produção, no processo de comercialização através das agroindústrias, dos selos.

Pontuou sobre o desafio enorme da juventude, como nós podemos utilizar de todo esse trabalho, para que os jovens possam efetivamente permanecer na terra e produzir? Falou sobre o acesso à internet. Perguntou como este projeto pode permitir que as comunidades possam efetivamente ter acesso a internet.

Falou também de acesso a tecnologia produtiva, transitando o debate para isso.

##### **Luiz Paz - SETUR**

Disse que precisamos conectar esse projeto com outras questões também, com a realidade das pessoas do Tocantins. Questionou se a ação está desconectada da desigualdade social, do analfabetismo? Ressaltou que não se trata apenas da redução da emissão de gás carbônico, e que se a gente conseguir reduzir as emissões e não reduzir a desigualdade social, o projeto não dará certo.

Pontuou a importância de falar de comunidades tradicionais que estão sendo ameaçadas nos seus territórios. Que precisam de demarcação, é muito importante. Perguntou quais as medidas, normativas leis, que o Estado tem para tratar dessa demarcação?

Falou sobre a importância da preservação do Cerrado.

**Renata Oliveira** – GIZ Cooperação Técnica Alemã

Solicitou a inclusão da ameaça do Agronegócio e a questão das Salvaguardas de impedir que o desmatamento se desloque de um ponto pra outro.

**Adriano Prityton** – Embrapa

Pontuou a necessidade da coleta de dados sobre povos ribeirinhos, indígenas e tradicionais e criação de banco de dados sobre estes.

**Rosineide Sena** – AC

Pontuou a importância do tema da Sala Governo, pontuou as necessidades de investimento nos servidores, capacidades e preparo. Retenção de talentos. Ressaltou necessidade da criação de um plano de qualificação dos servidores. Lembrou da importância do olhar Indigenista sobre o processo.

Destacou a construção horizontal do processo, governo e todos os outros agentes envolvidos.

**Samya Milena** - PNUD

Ressaltou a importância da motivação do servidor público, da importância da troca de experiências com outros Estados para efetivação do Programa, ex. AC e MT. Sugeriu compra de equipamentos e maquinário adequados para os técnicos envolvidos no processo. Lembrou a importância de um ambiente de trabalho agradável.

**Mônica Avelino** – Secretaria Executiva SEMARH

Ressaltou a necessidade de reparos nas instalações físicas do ambiente de trabalho dos servidores. Investimento em computadores. Lembrou da necessidade da Conexão dos eixos de trabalho entre os técnicos dentro da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

**Elisangela Maria Lopes** - Ruraltins

Questionou sobre como irá ser realizada a intersetorialidade do programa, pois haviam poucos colegas do Ruraltins no Fórum. Lembrou da importância de envolver os técnicos.

**Marli Santos** – SEMARH

Esclareceu que já fez uma capacitação para 24 técnicos do Ruraltins sobre o tema. Reforçou a importância da participação de técnicos do Estado no fórum para que todos compreendam sobre o fórum.



**Fernanda Maria Silva - SEMARH**

Ressaltou a importância da ampliação da equipe da Semarh envolvida no processo. A importância dos Sistemas para realização dos trabalhos da pasta. A competição desigual entre os valores de salário do mercado privado para a baixa remuneração no Estado. Lembrou a alta carga de trabalho.

**Luana Machado de Almeida – Funai Nacional**

Colocou como desafio conseguir articular os diferentes entes e representações indígenas com a Semarh, desenvolvendo uma expertise neste relacionamento e articulação.

**Samya Milena - PNUD**

Falou sobre a repartição de benefícios do REDD+, que o ideal seria que os mantenedores do programa (povos indígenas, tradicionais e agricultores familiares) ficassem com 100% dos benefícios, mas ressaltou que para política acontecer o Estado do Tocantins vai precisar, de pelo menos 40% para implantar a política do programa para estruturar todos os órgãos.

Sugeriu para o Tocantins neste primeiro contrato de REDD+ fortalecer as políticas, estruturar os sistemas.

**Renata Oliveira – GIZ Cooperação Técnica Alemã**

Pontuou sobre a importância da repartição de benefícios, por prezar não só pelo público que está sendo beneficiado, mas pela política pública, que envolve todo mundo, levando qualidade de vida a todos os envolvidos (servidores e beneficiados).

Ressaltou a dívida histórica entre população branca e indígenas e negros. Lembrou que o público beneficiário do programa é o primeiro atingido pelas mudanças do clima.

**Marli Santos – SEMARH**

Ressaltou a importância da linguagem mais acessível para abordar os públicos do Fórum.

**Luiz Paz - SETUR**

Ressaltou a falta de computadores e programas adequados para o trabalho dos servidores públicos do Estado. Lembrou ainda a oportunidade de envolver os jovens no ecoturismo, deu exemplo a Ilha do Bananal.

**Samuel dos Reis – Caritas Brasileira**

Destacou que seria interessante que o Estado alocasse também recursos próprios além dos referentes a venda do carbono no projeto.

**Ruth Caetano Cardoso – Federação trabalhadores rurais**

Criticou o debate sobre maquinário e condições dos servidores.

Defendeu que muitas vezes o dinheiro que deveria ser aplicado pelo governo nas ações no Estado muitas vezes vem de fora.

Questionou o papel das organizações no projeto.

**Marli Santos – SEMARH**

A servidora explicou a temática da sala, reforçando que ali estavam debatendo os desafios dos servidores públicos. Ressaltou a importância do servidor público no processo garantido: transparência, integridade, participação, recursos e resultados.

Lembrou que a discussão é pertinente para que o programa seja implantado.

Destacou que a secretaria tem problemas de infraestrutura no prédio, que os servidores não têm linha telefônica disponível e que precisam de novos servidores para implantar a política.

Ao final do debate a relatora leu todos os itens identificados durante a discussão e submeteu a aprovação dos presentes para apresentação do grupo no encerramento do Fórum (vide Desafios e Oportunidades no item 6.4)

A 2ª Roda de Diálogo se iniciou às 14h00, tendo contado com a participação de 18 pessoas sendo 9 homens e 9 mulheres. Neste período a sala conseguiu cumprir todo cronograma proposto seguindo os tópicos abordados “Quais instituições deveriam estar presentes?” e as proposições para realização das Oficinas nas comunidades.

### **Quem deveria estar presente?:**

Quando este tema foi levantado, a integrante da comissão de organização do evento a técnica da SEMAHR – Izabel Acker explicou que muitos haviam sido convidados, mas não estavam ali representados, neste sentido houve então a mudança da pergunta para: Quem deve ser envolvido no processo?

Obtendo-se então os nomes dos seguintes parceiros:

Naturatins; Procuradoria; Incra; Itertins; Fundação Palmares; Seagro; Ibama; ICMBIO; Seplan; Ministério Público Estadual e Federal; IBGE; Ruraltins; Secult; Conab; ATS; SES-TO; FECOMÉRCIO; Embrapa; Universidades e Institutos Federais; WWF; SETUR; Defensoria Pública Estadual e União (DPE e DPU); Adapec; SETAS; ATM; SEBRAE; TER; Sociedade Civil Organizada (MST, FETAET, CARITAS E OUTRAS); IPHAN.

### **Proposições para realização das Oficinas nas comunidades:**

Neste campo os participantes puderam opinar sobre quais seriam as melhores estratégias para realização das oficinas com os públicos alvo, bem como as necessidades prévias a serem identificadas para um melhor aproveitamento do tempo e conteúdo para com os participantes. Neste sentido foram identificados junto ao grupo os seguintes tópicos

Ainda foi levantada a sugestão da participante do terceiro setor na sala, Ruth Caetano Cardoso integrante da Federação trabalhadores rurais para eleger 4 delegados/as com os seguintes critérios: paridade, juventude e terceira idade.

Com a finalização dos temas abordados definiram-se então os relatores da sala tendo sido escolhidos: Relatora: Ruth Caetano Cardoso – Federação trabalhadores rurais. Relator: Aleandro Lacerda – Tocantins Parcerias.

## Registros Fotográficos:





## 6. PROPOSIÇÕES DOS PARTICIPANTES

A seguir encontram-se os registros dos resultados das oitivas nas Rodas de Diálogo que foram apresentadas durante o Encerramento do Fórum.

### 6.1. GRUPO DOS INDÍGENAS

Desafios
<b>identificadas para implementação do REDD+ no Tocantins</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alinhamento de Projetos Privados de REDD+ e REDD+ Jurisdicional</li> <li>▪ Ouvir o máximo de pessoas possível</li> <li>▪ Fazer valer a Lei e os direitos dos povos indígenas</li> <li>▪ Recursos financeiro não chegam para os povos indígenas</li> <li>▪ Compreensão técnica dos povos sobre o que é REDD+</li> <li>▪ Repartição de benefícios com a Agropecuária e Governo</li> <li>▪ Representatividade</li> </ul>
Oportunidades

identificadas para implementação do REDD+ no Tocantins		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Vontade de serem protagonistas do programa</li> <li>▪ Ter acesso aos recursos para conseguir conhecimento</li> <li>▪ Oportunidades para fazer curso superior, adquirir conhecimento e trabalhar na área</li> <li>▪ Oportunidade para acesso à crédito financeiro</li> <li>▪ Governança no Projeto</li> <li>▪ Autonomia do povo</li> </ul>		
Quais as instituições ou grupos que deveriam estar participando do REDD+ e que não estão participando do Fórum		
Proposições para realização das Oficinas nos municípios		
ETNIA	Quantidade	LOCALIDADE
Karajá	60 pessoas (20 por aldeia) – livre (definir a quantidade depois)	Aldeia Fontoura
	60 pessoas (20 por aldeia) – deixar livre (em torno de 300 pessoas)	Aldeia Santa Isabel
	60 pessoas (20 por aldeia) – deixar livre pra toda aldeia (200 pessoas)	Aldeia Macaúba
Javaé	40 pessoas (20 por aldeia)	Formoso do Araguaia
Javaé	40 pessoas	Formoso do Araguaia
Ãwa	20 pessoas	Lagoa da Confusão
Krahô -Kanela	20 pessoas	Lagoa da Confusão
Kanela Krahô Takawara	50 pessoas	Lagoa da confusão – fazer as oficinas dos povos Kanela junto com os Povos Krahô Takaiorá – Aldeia Takawara.
Xerente	<u>400 pessoas</u>	<u>06 (seis) oficinas regionais e 01 (uma) geral (Cemix) . Locais: Brejo cumprido, Porteira, Funil, Rio Sono, Brupré e Suprawaha.</u>



Krahô	(19 aldeias) - 1 por aldeia	Itacajá – fazer 19 oficinas, uma em cada aldeia.
Krahô	(22 aldeias) - 1 por aldeia	Goiatins – Fazer 22 oficinas, uma em cada aldeia e Fazer 02 (duas) Regionais. (Capital do Campo de Goiatins e Mangabeira - Itacajá)
Karajá -Xambioá	150 Pessoas	01 (uma) oficina para todas as comunidades (aldeia a ser definida). Município: Santa Fé
Apinajé	(67 ALDEIAS): ABERTA – <u>200 APINAJÉ</u>	<u>Tocantinópolis, Maurilândia, São Bento e Cachoerinha – 4 REGIÕES. Aldeias a definir.</u> <u>LOCAL: Aldeia Mariazinha.</u> <u>período: SEGUNDA QUINZENA DE DEZEMBRO. 3 dias de oficinas</u>

## 6.2. GRUPO DOS QUILOMBOLAS

<b>Desafios</b>
<b>identificadas para implementação do REDD+ no Tocantins</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ausência de regularização do Território</li> <li>▪ Relação conflituosa com fazendeiros</li> <li>▪ Expansão do agronegócio frequentemente tem prejudicado a comunidade quilombola, impactando negativamente em suas terras e estilo de vida tradicional</li> <li>▪ Implementar uma política para reduzir o desmatamento e aumentar a segurança na área livre para ir e vir</li> <li>▪ Melhorar o transporte e a acessibilidade, assim como fornecer saneamento de água e energia</li> <li>▪ Facilitar a formação dos jovens e apoiar os agricultores quilombola</li> <li>▪ Gerenciar a divisa com outros territórios e envolver o COEMA na governança do processo</li> <li>▪ Garantir a transparência nos processos entre os quilombolas e a gestão governamental e promover o respeito pelo território</li> <li>▪ Incentivar a participação dos órgãos governamentais na delimitação.</li> <li>▪ Coordenar com o INCRA, RURALTINS, NATURATINS e ITERTINS maior participação nas tomadas de decisões</li> <li>▪ Definir os valores financeiros para partilha</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar a segurança e a integridade física dos quilombolas</li> <li>▪ Resolver conflitos com a mineração que não respeita o território quilombola e degrada o meio ambiente</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Oportunidades</b></p> <p style="text-align: center;"><b>identificadas para implementação do REDD+ no Tocantins</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Explorar a oportunidade de regularização do território</li> <li>▪ Melhorar a estrutura de saúde com postos de atendimento e profissionais qualificados diretamente nos quilombos</li> <li>▪ Investir na formação dos jovens e nas escolas quilombolas</li> <li>▪ Incentivar os jovens a retornarem ao quilombo após a formação profissional com campo de atuação profissional diretamente na comunidade</li> <li>▪ Promover a preservação das matas e preservar a cultura local</li> <li>▪ Fornecer saneamento básico com água tratada e estimular o fomento para a agricultura</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Quais as instituições ou grupos que deveriam estar participando do REDD+ e que não estão participando do Fórum</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 47 quilombos presentes - Quilombo Jaú ausente (município de Rio das Almas)</li> <li>▪ Participação dos Órgãos Governamentais: INCRA/ RURALTINS/ NATURATINS/ITERTINS</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>Proposições para realização das Oficinas nos municípios</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pensar nas oficinas com todos os quilombos unidos</li> <li>- Participação de um líder quilombola</li> <li>- Ferramentas visuais, de linguagem e de representação gráficas</li> <li>- Empatia</li> <li>- Grupos que participarão</li> <li>- Número estimado de participantes</li> <li>- Melhor período para realização: sexta a domingo</li> </ul>

**Oficinas de Preparação para as Consultas Públicas do Programa de REDD + Jurisdicional do Tocantins**

DAT A	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	CONTATO	FAMÍ LIAS	HABITA NTES
	CARRAPICHÉ CIRIÁCO	Esperantina	REGIÃO BICO - EM	10	60
	PRACHATA	Esperantina	ESPERANTINA	10	70
	ILHA SÃO VICENTE	Araguatins	CARRAPICHÉ 1 diária hotel ( 05 pessoas por comunidade = 20 pessoas + 2 coordenadores COEQTO) FINAL DE SEMANA , sábado e domin o	48	
	PÉ DE MORRO	Aragominas	REGIÃO NORTE II – Santa Fé do	60	226
	PROJETODA BAVIEIRA	Aragominas	Araguaia	66	
	COCALINHO	Santa Fé do Araguaia e Muricilândia	1 diária hotel( 05 pessoas por comunidade = 25 pessoas + 2 coordenadores COEQTO) FINAL	48	
	DONA JUSCELINA	Muricilândia	DE SEMANA,	200	920
	GROTÃO	Filadélfia	sábado e domingo	20	
	SANTA MARIA DAS MANGUEIRAS	Dois Irmãos do Tocantins	REGIÃO CENTRAL – BREJINHO DE NAZARÉ	13	
	BARRA DO AROEIRA	Santa Tereza do TO, Lagoa Do TO e Novo Acordo	( MALHADINHA) 2 diárias hotel ( Santa Maria das Mangueiras,	174	
				295	
	MATA GRANDE	Monte do Carmo	Monte do Carmo e Lagoa Azul) ( 05	20	



CÓRREGO FUNDO	Brejinho de Nazaré	peças por comunidade = 40		
CURRALINHO DO PONTAL	Brejinho de Nazaré	peças + 2 coordenadores	45	320
MALHADINHA	Brejinho de Nazaré	COEQTO) Sexta Feira, sábado e domin o –	78	186
MANOEL JOÃO	Brejinho de Nazaré		30	
RIO PRETO	LAGOA DO TOCANTINS			
MORRO DE SÃO JOÃO	Santa Rosa do Tocantins			
BREJÃO	Natividade	REGIÃO SUDESTE I –		
CHAPADA DA NATIVIDADE	Chapada da Natividade	PORTO ALEGRE-SÃO JOAQUIM		
SÃO JOSÉ	Chapada da Natividade	1 diária hotel ( 05		
REDENÇÃO	Natividade	peças por comunidade = 45	24	82
BAIÃO	Almas	peças + 2 coordenadores		
POÇO DANTAS	Almas	COEQTO) Sexta Feira, sábado e domin o –		
LAGINHA	Porto Alegre do Tocantins		20	
SÃO JOAQUIM	Porto Alegre do Tocantins			
LAJEADO	Dianópolis		14	
POVOADO DO PRATA	São Félix do Tocantins	REGIÃO DO JALAPÃO –		
AMBRÓSIO, CARRAPATO E FORMIGA	Mateiros	Mateiros		
BOA ESPERANÇA	Mateiros	MUMBUCA		
MARGENS DO RIO NOVO, RIACHÃO E RIO PRETO	Mateiros	1 diária hotel (05		
MUMBUCA	Mateiros	peças por comunidade = 25		
LAGOA AZUL	Ponte Alta do Tocantins	peças + 2 coordenadores		
		COEQTO) Sexta Feira, sábado e domin o –		
			46	100
ÁGUA BRANCA	Conceição do Tocantins	REGIÃO SUDESTE II –	31	

MATÕES	Conceição do Tocantins	ARRÁIAS NA CIDADE	34	
FAZENDA LAGOA DOS PATOS E FAZENDA KÁAGADOS	Arráias	1 diária hotel ( 05 pessoas por comunidade = 35 pessoas + 2 coordenadores COEQTO) Sexta	33	177
LAGOA DA PEDRA	Arráias e Paranã	Feira, sábado e domingo –	250	1000
KALUNGA MIMOSO CLARO, OURO FINO E PRATA	Paraná		54	
RIO DAS ALMAS	Jaú do Tocantins		30	

### 6.3. GRUPO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

#### Desafios

##### identificadas para implementação do REDD+ no Tocantins

- Resolver o problema da regularização fundiária
- Resolver a falta de funcionários no INCRA para trabalhar na regularização fundiária e outros casos
- Acabar com os conflitos agrários
- Conseguir transformar as ações do REDD+ Jurisdicional, bem os programas relacionados à regularização fundiária, em políticas de Estado e não de Governo
- Não assumir a responsabilidade que deveria ser do Governo para investir os recursos do REDD+ Jurisdicional em obras e ações já previstas em lei
- A obtenção do CAR
- A participação igualitária no Conselho Gestor, com o mesmo número de cadeira para o Governo e agricultores familiares
- Conseguir a certificação dos produtos da agricultura familiar

#### Oportunidades

##### identificadas para implementação do REDD+ no Tocantins

- Regularizar as áreas com os recursos do REDD+ Jurisdicional.

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Isentar as comunidades produtoras de carbono de impostos futuros relacionados à tributação de atividades poluidoras e/ou à aquisição de bens caracterizados como poluidores.</li> <li>▪ Usar os recursos para regularizar e criar agroindústrias.</li> <li>▪ Certificar os produtos da agricultura familiar e do extrativismo.</li> <li>▪ Capacitar agricultores para o turismo rural e comunitário.</li> <li>▪ Preservar as sementes crioulas do Estado.</li> <li>▪ Promover incentivos para que o jovem permaneça no campo, com qualidade de vida.</li> <li>▪ Melhorar o acesso à internet e tecnologia nas áreas rurais.</li> <li>▪ Fomentar a apicultura, piscicultura, fruticultura e avicultura caipira melhorada.</li> </ul>
<p><b>Proposições para realização das Oficinas nos municípios</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ LOCAL: (Hotel fazenda ou similar)</li> <li>▪ DATA: A ser definido pela Secretaria.</li> <li>▪ PÚBLICO PARTICIPANTE: As mesmas lideranças e outros que serão importantes (A ser definido pela Secretaria com federações e associações).</li> <li>▪ OBSERVAÇÕES/CONTATOS: dar 15 dias para que as associações e federações definam os participantes das oficinas.</li> </ul> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ OFICINA 01: Araguatins (3 dias de oficina)</li> <li>✓ OFICINA 02: Araguaína</li> <li>✓ OFICINA 03: Guaraí</li> <li>✓ OFICINA 04: Gurupi</li> <li>✓ OFICINA 05: Natividade</li> <li>✓ OFICINA 06: Palmas</li> </ul>

#### 6.4. GRUPO DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E DE APOIO TÉCNICO

<p><b>Desafios</b></p> <p><b>identificadas para implementação do REDD+ no Tocantins</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mudança de mente, quanto as queimadas, roças e culturas plantadas.</li> <li>▪ Operacionalização do programa (escuta e suporte)</li> <li>▪ Burocracia para acesso ao recurso</li> </ul>

- Como dinheiro chegará para as ações
- Diálogo com agricultores que já estão com reservas e pressão do agro
- De maneira individual como o produtor acessa o benefício
- Empreendimentos que de fato podem impactar a agroindústria (certificações para cadeias produtivas)
- Atrativos para jovens permanecerem no campo
- Qualidade de acesso da Internet
- Acesso à tecnologia produtiva
- Comunidades muito carentes de estrutura básica e alfabetização
- Demarcação de territórios
- Diálogo com comunidades
- Redução de desigualdades
- Pressão do Agronegócio;
- Evitar deslocamento do desmatamento (salvaguardas)
- Falta de informação
- Inclusão de comunidades ribeirinhas
- Retenção de profissionais para continuidade da política
- Morosidade do serviço público
- Motivação do servidor público
- Alto custo do programa
- Planejamento adequado das ações de campo
- Alcançar o comprometimento da gestão pública
- Evitar a pulverização de recursos
- Intersetorialidade (participação efetiva de outros órgãos)
- Poucos servidores destinados ao programa
- Baixa remuneração para os envolvidos no programa
- Computadores de baixa performance
- Necessidade de investimento em plataformas e sistemas de monitoramento e geoprocessamento
- Sobrecarga de trabalho dos servidores envolvidos
- Diálogo com diferentes entes federativos envolvidos na causa indígena
- Como de fato envolver as comunidades indígenas e povos tradicionais em todo processo
- Repartição de benefícios
- Linguagem de difícil compreensão
- Escuta das comunidades para criação de novos centros culturais e outras iniciativas
- Falta de integração dos órgãos
- Transparência na repartição dos benefícios
- Transparência em relação aplicação dos recursos pelo Governo
- Aplicação de recurso próprio do Governo do Estado para o programa

### **Oportunidades**

#### **identificadas para implementação do REDD+ no Tocantins**

- Realizar uma busca de dados populacionais de comunidades

tradicionais, indígenas, pescadores e ribeirinhos

- Consolidação dos dados de comunidades
- Fortalecimento de capacidades técnicas
- Plano de qualificação e formação dos profissionais envolvidos
- Estruturação de equipe técnica
- Fluxo horizontal da tomada de decisão
- Fortalecimento de intercambio e troca de experiências
- Fortalecer ATER
- Estruturar equipe de gestão do projeto (móveis e equipamentos adequados)
- Conexão dos eixos de trabalho entre os técnicos
- Desenvolver uma metodologia participativa para trabalhar com povos indígenas e comunidades tradicionais
- Melhoria na qualidade de vida dos envolvidos em todas as partes e processos do programa
- Fortalecimento do coletivo
- Preservação do ecossistema via Ecoturismo;
- Oportunidades para os jovens trabalharem com Ecoturismo
- Concurso Público
- Capacitação para os povos indígenas, comunidades tradicionais, agricultores familiares para criação de multiplicadores
- Titulação dos territórios quilombolas
- Plataforma integrada entre órgãos para não ocorrer sobreposição de áreas

#### **Proposições para realização das Oficinas nos municípios**

- Utilização dos instrumentos norteadores (zoneamento econômico/ecológicos) a fim de balizar o que vai acontecer nas oficinas
- Legislação de regularização fundiária, ordenamento territorial
- Política de assistência técnica
- Elaboração de procedimentos das oficinas obedecendo a OIT 169
- Equidade de gênero e juventude como requisito para oficinas
- Linguagem acessível e apropriada para a comunidade (adaptada interculturalmente)
- Cartilhas ilustradas
- Frases curtas e esclarecedoras
- Vídeos ilustrativos
- Metodologia simples, clara, democrática
- Deixar claro a proteção orçamentária do FUNDO
- Abordar a repartição do benefício

SUGESTÃO: Eleger 4 delegados /as sendo: paridade, juventude e terceira idade.

## **ANEXOS**

ANEXO 1 – Relação dos Participantes

ANEXO 2 – Apresentações dos Palestrantes

ANEXO 3 – Listas de Presença das Rodas de Diálogo